

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

Submetido em: 22/5/2025

Aceito em: 2/6/2025

Publicado em: 26/2/2026

Clérison Ribeiro Ramos¹

Valmir Heckler²

PRE-PROOF

(as accepted)

Esta é uma versão preliminar e não editada de um manuscrito que foi aceito para publicação na Revista Contexto & Educação. Como um serviço aos nossos leitores, estamos disponibilizando esta versão inicial do manuscrito, conforme aceita. O manuscrito ainda passará por revisão, formatação e aprovação pelos autores antes de ser publicado em sua forma final.

<https://doi.org/10.21527/2179-1309.2026.123.17268>

RESUMO

O presente texto tem como objetivo identificar as relações entre comunicação e educação no contexto brasileiro, com ênfase na emergência da Educomunicação. Para isso, realizou-se uma abordagem historiográfica da educação brasileira recente, com base nas políticas públicas estatais e em experiências populares. Em paralelo, examinou-se a *práxis* de Paulo Freire como precursora das articulações entre comunicação e educação, oferecendo fundamentos teóricos e metodológicos para a constituição da Educomunicação. Os resultados apontam que a integração entre esses campos possibilita o desenvolvimento de *práxis* dialógicas, horizontais e emancipatórias, centradas nos sujeitos e em sua formação crítica. Evidencia-se, no entanto, que a consolidação da Educomunicação não se desenvolve

¹ Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Sistema de Bibliotecas. Rio Grande/RS, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-7364-702X>

² Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Instituto de Matemática, Estatística e Física – IMEF. Rio Grande/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3838-3903>

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

sem tensões: sua apropriação institucional, por vezes descolada dos fundamentos críticos, pode resultar em esvaziamento conceitual; além disso, desigualdades estruturais no acesso às tecnologias e aos meios comunicacionais poderão limitar seu potencial transformador. Por fim, destaca-se que os desafios contemporâneos — como a desinformação, o controle algorítmico e a lógica de vigilância nas plataformas digitais, exigem atualização crítica das práticas educacionais. Conclui-se que a Educomunicação emerge como um campo teórico-metodológico capaz de mediar práticas educativas democráticas e transformadoras, desde que comprometida com sua dimensão crítica e com a ampliação das condições de participação e cidadania.

Palavras-chaves: Educação; Comunicação; Educomunicação; Comunicação dialógica; Políticas públicas.

COMMUNICATION IN EDUCATION: THE EMERGENCE OF EDUCOMMUNICATION AS AN INTEGRATIVE AND DIALOGICAL EPISTEMOLOGY

ABSTRACT

This paper aims to identify the relationships between communication and education in the Brazilian context, with an emphasis on the emergence of Educommunication. A historiographical approach is taken to examine recent Brazilian educational developments, focusing on state public policies and popular initiatives. In parallel, Paulo Freire's praxis is analyzed as a precursor to the articulation between communication and education, offering theoretical and methodological foundations for the constitution of Educommunication. The results indicate that the integration of these fields enables the development of dialogical, horizontal, and emancipatory praxis, centered on the subjects and their critical formation. However, the consolidation of Educommunication is not free from tensions: its institutional appropriation—often disconnected from its critical foundations—can lead to conceptual dilution; furthermore, structural inequalities in access to technologies and media limit its transformative potential. Finally, it is emphasized that contemporary challenges—such as disinformation, algorithmic control, and surveillance logics in digital platforms—demand a

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

critical update of educommunicative practices. It is concluded that Educommunication emerges as a theoretical and methodological field capable of mediating democratic and transformative educational practices, as long as it remains committed to its critical dimension and the expansion of participatory and civic conditions.

Keywords: Education; Communication; Educommunication; Dialogical Communication; Public Policy.

1 Considerações iniciais

Na contemporaneidade, é inimaginável pensar o cotidiano sem a presença das mídias, sejam elas como fonte de informação ou entretenimento, manifestadas em forma de texto, áudio, vídeo ou associados, nos mais diversos dispositivos - computadores, telefones, televisores, dentre outros. Esse movimento de observação do quanto essas tecnologias de têm moldado as práticas sociais, tem sido uma das preocupações nos estudos que pautam a comunicação e de modo mais evidente, nos estudos culturais. A associação cultura/comunicação tem se efetivado de forma cada vez mais presente, sendo assim um campo fértil e em constante expansão. No campo da educação, embora a comunicação tenha relação intrínseca ao processo pedagógico - como as interações verbais na sala de aula, essa associação nem sempre foi plenamente efetivada. No contexto brasileiro, é possível notar ao longo da história, aproximações pontuais, mas também rupturas entre esses dois campos: comunicação e educação, sejam por meio de ações pedagógicas específicas, mas também a partir das questões relativas ao acesso aos recursos e aos meios. Diante disso, é preciso problematizar: até que ponto o acesso à comunicação por meio das mídias, tem contribuído para a formação crítica dos sujeitos e em que medida reproduzem desigualdades, ideologias hegemônicas ou limitam narrativas plurais nos espaços educacionais?

Esse texto propõe analisar a emergência da Educomunicação enquanto interface integradora entre educação e a comunicação, fundamentada na *práxis* Freireana e desenvolvida no contexto latino-americano. Entre os objetivos específicos do estudo, estão: investigar os marcos teóricos da educação e da comunicação no Brasil, por meio das políticas públicas estatais; evidenciar as experiências de educação popular de Paulo Freire como

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

referência para a comunicação dialógica; E, analisar o desenvolvimento da epistemologia educacional.

As seções a seguir foram organizadas seguindo a temática proposta, sendo em um primeiro momento, analisando o contexto brasileiro e de que forma a comunicação foi institucionalizada, principalmente a partir de vias legais, voltadas aos meios de comunicação, com destaque ao seu vínculo com a educação. Na segunda seção, partindo do contexto do analfabetismo, serão apresentadas as iniciativas de organizações civis e de demais grupos e instituições, destacando o método Freireano, enquanto proposta de educação libertadora. Por fim, será descrita a emergência da Educomunicação no cenário brasileiro e latino-americano, do seu surgimento, passando pelas bases epistemológicas que foram sendo constituídas, até os tempos atuais.

Cabe destacar que o levantamento descrito não segue uma cronologia linear, mas está organizado em recortes relacionados à temática. Em cada seção, foi abordada uma temática, sendo essa, uma linha temporal própria, de modo a oferecer subsídios para a compreensão do fenômeno analisado.

2 Breve historiografia brasileira sobre a relação educação-comunicação

Ao propor uma breve historiografia da relação entre educação e comunicação no cenário brasileiro, foi adotada uma abordagem crítica de análise histórica, ancorada em pressupostos que reconhecem o caráter situado, interpretativo e seletivo da construção do conhecimento histórico. Inspirados na perspectiva de que todo conhecimento é “historicamente localizado” (Torres, 1996, p. 56), buscou-se compreender essa relação enquanto um processo dinâmico e contraditório, atento aos condicionantes intelectuais, sociais, econômicos e políticos que atravessam os diferentes períodos. Nesse estudo, o método historiográfico parte da análise diacrônica das transformações no campo educacional, observando como práticas, discursos e instituições se articularam com processos comunicacionais. As fontes selecionadas foram tratadas não apenas como registros do passado, mas como construções simbólicas que revelam disputas de sentidos e projetos societários em análise. Reconhece-se, portanto, que essa narrativa é resultante de escolhas teóricas e interpretativas que implicam tanto em inclusões quanto em

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

silenciamentos. Longe de pretender uma história linear ou neutra, buscou-se evidenciar as tensões, ambivalências e resistências que marcam a emergência de práticas educacionais no Brasil, refletindo criticamente sobre os limites e possibilidades da própria escrita da história.

A educação e a comunicação, tem sido compreendidas enquanto campos epistemológicos associados (Freire, 1977, p. 69; Kaplún, 2002, p. 215-216), no entanto, suas conceituações, concepções e atuações passaram por modificações ao longo do tempo. É justamente essa dinâmica que buscou-se evidenciar nesse estudo: em quais momentos e de que forma a educação e a comunicação estiveram associadas na história da educação brasileira. Buscou-se, portanto, identificar e analisar essas aproximações, observando como elas tem se desenvolvido, no cenário educacional brasileiro, ao longo de sua trajetória.

O recorte temporal adotado inicia-se nos anos 20, período em que o Brasil passava por diversas transformações sociais, políticas e com diversos desafios para o seu desenvolvimento. Compreende-se que as relações entre educação e comunicação que emergiram nesse período, contribuíram para a aproximação epistemológica entre esses campos, cujos reflexos ainda se fazem presentes nos dias atuais. A partir das demarcações políticas relativas ao campo da comunicação brasileira, identifica-se episódios e movimentos relativos à educação nacional e suas possíveis articulações. Foram também considerados alguns elementos da trajetória de Paulo Freire, bem como de demais teóricos e fontes, com ênfase na comunicação dialógica e seus pressupostos. Essa análise inclui ainda, aspectos curriculares e questões relacionadas ao exercício da *práxis*³ docente, contribuindo para uma compreensão mais ampla da integração entre educação e comunicação ao longo da história.

2. 1 A comunicação e a educação à serviço do Estado: estruturação e primórdios da radiocomunicação no Brasil

Nos anos 20, o Brasil passava pela transição de um modelo agrário para um urbano-industrial. Na década seguinte, com o início da Era Vargas (1930-1945), a educação foi incorporada ao projeto de construção nacional, em uma articulação entre o Estado, a Igreja

³ Nesse texto foi utilizado o termo no sentido Freireano, de ampliar a prática, a reflexão, subsidiando uma nova ação docente criticamente embasada.

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

e as Forças Armadas. Nesse período, a Igreja Católica conquistou o direito de ministrar ensino religioso nas escolas públicas e as Forças Armadas, passaram a atuar na formação pré-militar, no ensino da educação física (Hilsdorf, 2012, p. 91-93).

A criação do Ministério da Educação⁴ em 1930, marca um ponto de inflexão, ao centralizar políticas de ensino, saúde e assistência hospitalar (Brasil, 1930). Já em 1931, o governo estruturou o sistema educacional com a criação do Conselho Nacional de Educação e a regulamentação do ensino universitário e do ensino secundário (Saviani, 2021). A Constituição de 1934, foi a primeira a reconhecer a educação como um direito de todos, a ser garantida tanto pelo Estado quanto pela a família (Brasil, 1934, art. 149), ainda que o plano nacional de educação só tinha sido efetivado em 1961 (Brasil, 1961a).

A radiodifusão, por sua vez, passou a integrar o projeto nacionalista por meio de decretos que institucionalizavam a sua função educativa. O rádio, então considerado de “interesse nacional”, foi regulamentado a partir de 1931, com orientações atribuídas ao Ministério da Educação (Brasil, 1931). A televisão, ainda sobre a denominação de “radiocomunicação”, foi incorporada nesse escopo em 1932 (Brasil, 1932). No entanto, conforme aponta Jambeiro (2011, p. 55), a previsão legal para conteúdos educativos era muitas vezes negligenciada pelas emissoras.

Durante o Estado Novo (1937-1945), o rádio foi intensamente utilizado como instrumento de difusão ideológica, política e cultural. Nesse contexto, em 1936, surge a Rádio do Ministério da Educação e Saúde⁵, a partir da doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por Roquette Pinto⁶. No ano seguinte, a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE) oficializou a utilização do rádio com fins educativos e culturais (Cocco; Caimi, 2022, p. 76-77; Zuculoto, 2010, p. 230). Iniciativas semelhantes ocorreram em outros países da América Latina, como na Colômbia em 1947, com a Rádio Sustenza, voltada ao ensino à distância para povos campestres (Cocco; Caimi, 2022, p. 80).

Nos anos 1950, surgem as primeiras rádios universitárias, como as da UFRGS (1957) e da Universidade Federal de Santa Maria, operando em AM. O alto índice de analfabetismo

⁴ Na época chamado de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (Brasil, 1930).

⁵ Atual Rádio MEC - Ministério da Educação.

⁶ Considerado o precursor do rádio no Brasil e um dos intelectuais da Academia Brasileira de Ciências (Andrelo, 2012, p. 140).

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

impulsionou o surgimento do Sistema Rádio-Educativo Nacional (SIRENA) em 1958, voltado à alfabetização e educação rural (Cocco; Caimi, 2022, p. 79). Em 1960, foi criada a Companhia de Radiodifusão Educativa, com o objetivo de veicular conteúdos educativos, científicos e culturais (Brasil, 1960). Com isso, os canais eram desobrigados a passarem programação de caráter educativo (Jambeiro, 2001, p. 57). A obrigatoriedade de veiculação de conteúdo educativo foi restabelecida apenas em 1967 (Brasil, 1967a), em que, sob supervisão do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), determinou-se que as emissoras de rádio e televisão, deveriam transmitir no mínimo, cinco horas semanais de programação educativa - e essa obrigação está vigente até os dias atuais.

Em 1961, foi criado o Movimento de Educação de Base (MEB), iniciativa articulada entre o governo federal e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o objetivo de promover a alfabetização de jovens e adultos em regiões rurais, especialmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Brasil, 1961b; MEB, [s. d.]). O programa estruturou milhares de “escolas radiofônicas”, modelo considerado um dos precursores da educação a distância no país, e previa, já em sua fase inicial, a criação de 15 mil núcleos educativos com financiamento estatal (Fávero, 2023). Nos cinco primeiros anos, o MEB apresentou resultados expressivos: cerca de 320 mil alunos completaram o ciclo de alfabetização em 14 estados brasileiros (Fávero, 2023). Após esse período, passou por um processo de reorganização em sua forma de atuação, mantendo, entretanto, suas atividades até os dias atuais.

Na mesma década, a influência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no fomento à educação a distância via rádio e TV, impulsionou iniciativas como o seminário “Televisão Educativa” (1962) e a criação do Centro Brasileiro de TV Educativa (1967), com o intuito de produzir conteúdos audiovisuais voltados à educação. Segundo Conceição (2017, p. 3), a UNESCO, “liderou uma campanha em prol do ensino a distância via rádio e televisão nos países em desenvolvimento”. Sendo essa concepção de educação, na perspectiva funcionalista, tendo como objetivo a preparação de mão de obra para o trabalho. No Brasil, uma das ações alinhadas a esse movimento, foi o seminário “Televisão Educativa”, em 1962, promovido pelo Instituto de Educação do Estado

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

da Guanabara⁷. Posteriormente, no ano de 1967, foram instituídas as bases do “Centro Brasileiro de TV Educativa” (Brasil, 1967b), tendo como proposta a construção das instalações do centro para produção de programas audiovisuais voltados à educação.

Outro marco relevante na história da comunicação no Brasil foi a promulgação do Código Brasileiro de Telecomunicações, por meio da Lei nº 4.117, de 1962 (Brasil, 1962). A legislação regulamentou os serviços de telecomunicações em todo o território nacional — incluindo rádio, televisão, telefonia e demais meios —, estabelecendo que as concessões ou autorizações para radiodifusão estariam subordinadas a finalidades educativas e culturais. O texto legal afirmava que “os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas [sic.] de radiodifusão estão subordinadas às **finalidades educativas e culturais** inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País” (Brasil, 1962, art. 3º, grifo nosso). Essa disposição reforçava o entendimento de que a televisão, então compreendida como parte da radiodifusão, deveria também cumprir tais objetivos, assim como o rádio, inserindo-se, portanto, no projeto educativo e cultural traçado pelo Estado.

O avanço das tecnologias e a difusão da televisão contribuíram para novas estratégias de ensino. Em 1969, o governo federal criou uma comissão para integrar essas tecnologias ao sistema educacional (Brasil, 1969), sobretudo a televisão, como uma alternativa para atingir amplamente a população. O objetivo era promover duas frentes principais para “reformulação do ensino”, integrando o sistema da época: a alfabetização de adultos⁸ e a formação de professores⁹, por meio da TV educativa. Nesse contexto, teve início a rádio MEC, com a transmissão do Projeto Minerva (Rádio MEC, 2022), que consistia em programas diários, veiculados em rede nacional após o horário do Brasil, voltados à formação supletiva de jovens e adultos, conforme previsto na LDB de 1971 (Brasil, 1971, art. 24, § 2º). Segundo Marlene Brois (Rádio MEC, 2022), esse foi “o maior projeto de educação pelo rádio no Brasil”, tendo se estendido até o ano de 1989.

⁷ Desde 1975, passou a ser chamado de “Instituto de Educação do Rio de Janeiro”.

⁸ Na passagem em que se considera que “o elevado índice de analfabetismo constitui limitação ao pessoal de aproveitamento da mão-de-obra e à democratização de oportunidades” (Brasil, 1969), destaca-se que o projeto consistia na preparação dos sujeitos para produção, associando-se ao projeto nacional da época.

⁹ Esse tratado no sentido de universalizar “[...] novos métodos pedagógicos nas escolas brasileiras” (Brasil, 1969).

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

Em 1972, foi instituído o Programa Nacional de Teleducção (PRONTEL), financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com o objetivo de apoiar a produção de conteúdos educativos por rádio, TV e outros meios (Brasil, 1972). Iniciativas como a telenovela educativa da TVE (1973) e o Telecurso (1978), produzido pela Fundação Roberto Marinho em parceria com a Fundação Padre Anchieta, consolidaram o uso da teledramaturgia e dos fascículos como estratégias de educação formal e continuada (Esteves; Carnevale, 2020; FRM, 2014; Oliveira, 2011, p. 75-77).

Com a popularização da internet e dos meios digitais, a educação a distância foi regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 (Brasil, 1996), abrangendo diferentes níveis e modalidades de ensino. Em 2006, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criada para ampliar o acesso ao ensino superior por meio da EAD, sobretudo nas regiões menos atendidas por instituições presenciais (Brasil, 2006).

2.2 Iniciativas populares contra o analfabetismo e o Método Freire: abordagem libertária e repressão pelo regime militar

Na década de 60, intensificaram-se os movimentos de mobilização política das classes populares, como da União Nacional dos Estudantes (UNE), Ligas Camponesas e frentes políticas de esquerda. Nesse contexto, os movimentos estudantis passaram a se engajar na alfabetização de adultos (Teixeira, 2008, p. 65, 67). Em 1961, a UNE criou uma Comissão de Alfabetização de Adultos, iniciando as primeiras ações no ano seguinte. Embora desarticuladas em 1962, essas iniciativas foram retomadas em 1963 (Teixeira, 2012, p. 4). Na região nordeste, destacou-se a experiência de alfabetização no município de Angicos-RN, coordenada por Paulo Freire entre janeiro e abril de 1963, com o apoio de outros educadores. Essa experiência consolidou o Método Paulo Freire de alfabetização, que utilizava “palavras geradoras” – vocábulos utilizados a partir do cotidiano dos alunos, que continham todos os fonemas da língua portuguesa, possibilitando a alfabetização em cerca de 40 horas. Aproximadamente 300 alunos foram alfabetizados, e a cerimônia de formatura contou com a presença do então presidente João Goulart (Gadotti, 2013, p. 48, 52; Gonçalves; Villela, 2024; Instituto Paulo Freire, [s. d.], 2013).

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

Logo após a experiência, Maciel (1963, p. 26-28), em artigo publicado na revista *Estudos Universitários*, da então Universidade de Pernambuco¹⁰, destacou o método – referido como “Sistema Paulo Freire de Educação”, estaria alinhado a uma “filosofia desenvolvimentista nacional”, enfatizando seu potencial estratégico para combater o analfabetismo em escala nacional. A considerava como “uma das poderosas ferramentas da praxis (*sic.*) que estava faltando ao ISEB¹¹ [...]”. Para ele, a alfabetização era percebida como um caminho para o desenvolvimento da cidadania: ao aprender a ler e a escrever, o sujeito adquire autonomia, acesso e direito ao voto e à participação social. Maciel (1963, p. 28) afirma que “Quando operamos o Sistema Paulo Freire de Educação, estamos lidando com a categoria social de COMUNICAÇÃO” (grifo do autor). Tal observação se mostra interessante à este estudo, especialmente ao destacar a centralidade do processo comunicativo no método freiriano, cuja base se assentava na vivência e leitura de mundo dos sujeitos aprendentes.

Para Gadotti (2013, p. 48) “Angicos não é apenas um símbolo da luta contra o analfabetismo no Brasil; é um marco em favor da universalização da educação em todos os graus, superando a visão elitista”. A experiência repercutiu no Brasil e no exterior (Gadotti, 2013, p. 53) e serviu de base para o Plano Nacional de Alfabetização, instituído em 1964 (Brasil, 1964), que tinha como objetivo a “eliminação do analfabetismo”, por meio do “Sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido”. Entretanto, duas semanas após o golpe civil-militar de 1964, as atividades do Plano Nacional de Alfabetização foram interrompidas durante a chamada “operação limpeza”, que visava desarticulação dos movimentos de educação e cultura popular, sendo considerados como “perniciosas e subversivas”. Nesse processo, o então ministro da educação, Júlio Sambaqui e sua equipe, incluindo Paulo Freire, foram afastados de seus cargos (Teixeira, 2012, p. 5, 6). Acusado de “subversivo e ignorante”, Freire foi preso em um quartel em Olinda-PE, e permaneceu detido por 70 dias. Em setembro de 1964, exilou-se na Bolívia e, em novembro do mesmo ano, seguiu para o Chile, onde atuou no *Instituto de Capacitación y Investigación de la Reforma Agrária* (ICIRA), permanecendo até o ano de 1969 (Gadotti, 2013, p. 57).

¹⁰ Hoje, Universidade Federal de Pernambuco.

¹¹ Instituto Superior de Estudos Brasileiros - órgão vinculado ao então Ministério de Educação e Cultura, unidade essa, encerrada em 1964, com o golpe militar.

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

João Goulart, que havia assumido a presidência da República em 1963¹², foi deposto por meio do golpe em abril de 1964, instaurando-se um regime militar que perdurou até 1985. Durante esse período, as liberdades democráticas foram sistematicamente suprimidas, por meio de Atos Institucionais (Ferreira Jr.; Bittar, 2008), dentre eles, o Ato Institucional Número Cinco (AI-5), de 1968, que autorizou intervenções federais, suspendeu direitos políticos e civis, e institucionalizou a censura (Brasil, 1968a). Segundo Neves (2018), o regime mirava o controle do campo educacional, compreendido como espaço de construção de pensamento crítico e transformação social. O AI-5 resultou em forte repressão aos movimentos sociais, cassação de intelectuais, aposentadorias compulsórias de professores e desmobilização estudantil. Neves (2018) caracteriza esse período como uma “ditadura empresarial-militar”, que favoreceu a expansão do setor privado da educação como nicho lucrativo.

Apesar do autoritarismo, algumas políticas educacionais continuaram em curso, como o prosseguimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 (Brasil, 1961a, Saviani, 2021). Embora representasse um marco na tentativa de democratização do acesso à educação, a LDB ainda trazia resquícios do autoritarismo herdado do Estado Novo (Pereira; Poll, 2021, p. 6).

De 1964 a 1968, financiados pelo governo norte-americano, o Ministério da Educação brasileiro (MEC) firmou uma série de acordos com a *United States Agency for International Development* (USAID) (Alves, 1968, p. 33-55; Minto, 2006). Tais reformas impactaram o ensino superior — com a concessão de autonomia universitária em 1968 (Brasil, 1968b) e nos ensinos primário e médio — com a obrigatoriedade da educação profissionalizante, voltada ao mercado de trabalho, em 1971 (Brasil, 1971). Germano (1990, p. 142-143) observa que, embora o discurso oficial promovesse uma retórica reformista, os recursos destinados às instituições de ensino eram escassos, e o ambiente educacional era marcado por vigilância e repressão ideológica.

Dessa forma, identificam-se duas vertentes opostas no combate ao analfabetismo durante esse período: de um lado, o governo federal, com propostas que visavam à

¹² Dentre as suas propostas estavam as “reformas de base” (Cunha; Góes, 2002, p. 8) - uma série de ações de reformulação de diversas instâncias, e dentre elas, a reforma universitária, com a ideia de democratizar o acesso ao ensino superior (Arquivo Nacional, 2022).

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

industrialização da população e à formação de sujeitos produtivos para o mercado; de outro, as iniciativas populares, como a de Paulo Freire, que, a partir de uma perspectiva libertadora, colocavam os sujeitos aprendentes no centro do processo educativo, valorizando seus saberes e experiências como fundamentos para a construção da cidadania.

3 Interface educação-comunicação: a emergência da Educomunicação

Sobreiro ([2014], p. 9-13) destaca Janusz Korczak, médico e educador polonês, que já por volta do ano de 1912, percebia a comunicação - sobretudo os meios e o diálogo - como ferramentas importantes no processo educativo. Essa iniciativa precursora baseava-se na perspectiva democrática do ensino, na qual os educandos poderiam e deveriam comunicar-se. Citelli e Costa (2011, p. 7), citam ainda mais três marcos importantes da interface educação/comunicação: nos anos 30, com o uso da televisão nos Estados Unidos; Com a rádio educativa no Brasil; e com os estudos de Célestin Freinet, na França, sobretudo sua perspectiva de “livre expressão” — momento em que os sujeitos poderiam se expressar livremente, não somente pela fala, mas também por meio da arte e de outras linguagens (Scarpato, 2017, p. 623).

Paulo Freire, educador e pensador brasileiro, também é referenciado nesse sentido, ao associar educação e comunicação, em especial em suas iniciativas de alfabetização de adultos nos anos 1960, com base no diálogo e na educação, de forma associada, no sentido de atingir, de forma democrática a cidadania (Citelli; Costa, 2011, p. 7). Freire (1977, p. 43), contribui também com o reforço da ideia de diálogo enquanto meio para transformação. Para ele, “o diálogo é o encontro amoroso entre os homens, que mediados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam, e transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”.

Soares (2011, p. 15), acrescenta, no campo da comunicação, Jesús Martín-Barbero e Mario Kaplún, pensadores que contribuíram significativamente para a aproximação da área com a educação no contexto latino-americano. Jesús Martín-Barbero, filósofo e pensador hispano-colombiano, foi um precursor ao desenvolver o elemento da mediação no campo da comunicação, destacando seu contexto cultural. Em relação à educação, ele alinhou esses elementos com a comunicação (Martín-Barbero, 2000, 2014), inclusive com uma observação

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

crítica sobre os modelos pedagógicos e comunicativos (Soares, 2011a, p. 24). Já Mario Kaplún, radialista e educador argentino, atuava na comunicação educativa, projeto de educação por meio do rádio, desenvolvendo a ideia de uma pedagogia para a comunicação, tendo como elemento articulador, o educador popular – no qual ele denomina “educ comunicador” (Kaplún, 2002, p. 75).

Algumas iniciativas de aproximação entre educação e comunicação no contexto latino-americano¹³, datam os anos 60. Soares (2014, p. 8-9), menciona o *Plan de Niño*¹⁴, em Quito, no Equador, na qual crianças realizavam exibições, análises e produções cinematográficas. A partir da articulação com a Organização Católica de Cinema (OCIC), o projeto foi estendido para países como Uruguai, Brasil¹⁵, Paraguai e República Dominicana. Nos anos 70, com a popularização da televisão, surgiram ações voltadas ao desenvolvimento de uma postura crítica frente aos programas televisivos, com projetos educativos nesse sentido. Ainda nesse período, intensificou-se a participação popular nos meios de comunicação em toda América Latina, sendo no Brasil, Paulo Freire, considerado um dos precursores.

A partir da UNESCO, foram promovidas articulações junto aos ministérios da educação e de planejamento nos países da América Latina e Caribe, que visavam, em um primeiro momento, desenvolver a educação (1979)¹⁶ e, posteriormente, a comunicação (1981). O objetivo era subsidiar ações de uso da comunicação nas escolas e promover uma educação crítica frente aos meios. Soares (2014, p. 12-13) observa que, com o avanço dos estudos culturais revisitados no contexto latino americano, por Martín-Barbero, começa-se a ressignificar a ideia de “educação para a mídia”¹⁷ para “educação para os processos de mediação”.

Entre as décadas de 1990 e 2000 são marcadas pelo aprofundamento nos estudos da interface entre educação e comunicação, com eventos e produções acadêmicas no contexto

¹³ Aqui apresentaremos alguns recortes, porém, reconhecemos que outras iniciativas ocorreram nesse sentido, como Literacia para as mídias, Mídias na educação e Rádio na Escola (Cocco; Caimi, 2021, p. 11).

¹⁴ Conhecido como Plan DENI.

¹⁵ No Brasil o projeto iniciou as atividades em 1979, no Rio de Janeiro-RJ e chama-se CINEDUC - Cinema e Educação e está em funcionamento até os dias atuais.

¹⁶ Por meio do Projeto Principal de Educação na América Latina e do Caribe (Soares, 2014, p. 11).

¹⁷ Fortemente influenciado pelo movimento “*Media education*” da Europa e da “*Media Literacy*” dos Estados Unidos (Soares, 2014, p. 12).

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

ibero-americano, incluindo países como a Espanha (Soares, 2014, p. 8-14). Esses movimentos conjuntos, da educação e da comunicação, permeados pela vertente de participação popular e com foco nas culturas e na educação enquanto processos significativos e críticos, evidenciaram a percepção de que na América Latina, havia um processo distinto do praticado em outras regiões. Diante disso, entre os anos de 1997 e 1999, Ismar Soares coordenou uma pesquisa, que investigou um total de 1.200 especialistas em 12 países da América Latina, incluindo produtores culturais, arte-educadores, tecnólogos, professores, pesquisadores e profissionais de comunicação e de educação (Soares, 1999, p. 2; Soares, 2014, p. 16). Com base nos dados investigação, nos eventos e nas atividades, foi então possível comprovar a hipótese que havia um “objeto autônomo de conhecimento: o campo da inter-relação Comunicação/Educação” (Soares, 1999, p. 2). Com o decorrer das investigações e atuações¹⁸, foi possível constituir o campo da Educomunicação¹⁹, identificando em um primeiro momento, elementos já delimitados pelos teóricos no que se referia ao campo de atuação do educador, sobretudo no contexto social, educacional e político latino-americanos. A Educomunicação é, portanto, uma *práxis* social, uma interface entre Educação e Comunicação (Soares, 2011b, p. 13), e conceituada, pela Academia Brasileira de Letras (2011), como:

Conjunto de conhecimentos e ações que visam desenvolver ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais (escolares), não formais (desenvolvidos por ONGs) e informais (meios de comunicação voltados para a educação), mediados pelas linguagens e recursos da comunicação, das artes e tecnologias da informação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício prático da liberdade de expressão (Educomunicação, 2021).

Um conceito fundamental da Educomunicação é o de ecossistemas comunicativos. Sartori e Soares (2005) se aproximam de um entendimento ampliado de “ecossistemas”, tal

¹⁸ Dentre elas destacam-se: a política pública na cidade de São Paulo, que estabeleceu a prática educacional nas escolas da rede municipal, por meio do Programa EDUCOM - nas ondas do rádio, Lei 13.941/2004 (São Paulo, 2004); A resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente no Brasil, reconhecendo a Educomunicação, com vistas às ações de comunicação e educação ambiental (Brasil, 2010); E, a licenciatura em Educomunicação, na Universidade de São Paulo (USP), iniciada em 2011 (USP, 2011).

¹⁹ O nome foi inspirado a partir do conceito “Educomunicador”, que Kaplún (2002, p. 75) havia designado para os profissionais atuantes na interface Educação/Comunicação. O nome já se constitui como verbete de novas palavras, da Academia Brasileira de Letras (Educomunicação, 2021).

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

como os biológicos, nos quais os fatores bióticos e abióticos se inter-relacionam de forma dinâmica. Da mesma forma, nos ecossistemas comunicativos - no âmbito da Educomunicação²⁰ - cabe a mesma abordagem, entendendo os espaços de implementação (seja nas escolas ou em outros contextos), enquanto ambientes complexos e diversos, nas quais todos os elementos devem contribuir para o seu funcionamento, intensificando essa aproximação. Reforçando essa perspectiva, Soares, 2002 (*apud* Sartori; Soares, 2005, p. 6), afirma: “o *locus* de ação da Educomunicação são os ecossistemas comunicativos”. De forma complementar, Sartori; Garcez; Vieira; (2023, p. 20), observam que “Pensar em Ecossistemas Comunicativos é pensar na maneira como sujeitos de um determinado espaço se relacionam e dialogam”. Dessa forma, a qualidade da comunicação estabelecida nesses ambientes impactará inclusive no processo de aprendizagem, a depender do grau de abertura, colaboração, participação e autonomia dos sujeitos envolvidos.

Outro elemento essencial para entendimento da Educomunicação são as suas áreas de intervenção - sendo essas, áreas do conhecimento e/ou frentes de atuação da Educomunicação, que podem evoluir ao longo do tempo. Almeida (2016, p. 41), destaca a relação da intervenção social voltada ao desenvolvimento pessoal, de forma a promover o bem-estar coletivo, por meio da filosofia educomunicativa. Ela destaca as áreas de intervenção da Educomunicação²¹, assim como seu foco principal:

- *Educação para a comunicação*: busca capacitar para a prática de uma comunicação dialógica, podendo utilizar tecnologias;
- *Pedagogia da comunicação*: visa facilitar a construção de conhecimento por meio do uso de recursos de comunicação;
- *Expressão pelas artes*: objetiva diálogo por meio da utilização de linguagens artísticas;
- *Produção midiática*: tem o propósito de intencionalidade educativa, por meio da produção de conteúdo midiático.
- *Mediação tecnológica na educação*: busca inserir tecnologias na educação;

²⁰ Nesse caso, podendo ser considerados “ecossistemas educomunicativos” (Sartori, 2021, p. 74).

²¹ As descrições foram adaptadas a partir de Almeida (2016, p. 41).

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

- *Epistemologia da educomunicação*: tem o propósito de discutir o paradigma da educomunicação, por meio de suas vertentes epistemológicas, e
- *Gestão da comunicação*: objetiva implementar e otimizar fluxos de comunicação em ecossistemas comunicativos.

A autora ainda ressalta ainda que os valores relacionados a todas essas áreas de intervenção estão associadas à “Igualdade de acesso, relação dialógica horizontalizada entre todos os envolvidos, com tomadas de decisão participativa” (Almeida, 2016). Com isso, a Educomunicação articula-se enquanto em suas diversas perspectivas, que se relacionam com as bases do que se conhece por Educomunicação.

Outra dimensão essencial da Educomunicação relaciona-se à *práxis* de Paulo Freire, especialmente em sua proposta de Pedagogia Libertadora. Soares (2022, p. 102-107) aponta algumas das aproximações da teoria freireana com a comunicação - e consequentemente à Educomunicação, como a comunicação horizontal e libertadora. Nesse contexto, as relações entre os sujeitos tornam-se dialógicas, promovendo igualdade aos processos educacionais/formativos, nos quais todos estão igualmente engajados. A perspectiva libertária, segundo essa visão, emerge de uma *práxis*, que transcende a clássica relação reflexão-ação, incorporando também o elemento da comunicação, constituindo assim, uma dinâmica, de “ação/reflexão/comunicação”. Essa tríade, sustentaria práticas voltadas à cidadania, em uma perspectiva crítica, possibilitando que os sujeitos tenham vez e voz, em processos educacionais transformadores.

4 Considerações finais

Diante do exposto, foram percorridos os caminhos de aproximações e distanciamentos entre Educação e Comunicação. Partiu-se de uma perspectiva política da história brasileira recente, percorrendo as fontes primárias, na tentativa de delinear uma breve historiografia da interface entre esses campos. Também foram analisadas a evolução dos suportes comunicativos e como estes se relacionaram com a educação ao longo do tempo. Nesse percurso, foi possível observar, como os meios de comunicação tornaram-se elementos centrais no desenvolvimento de práticas educativas. Identificou-se, nesse processo, duas linhas de atuação em paralelo - evidentes, por exemplo, nas políticas e ações

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

de combate ao analfabetismo. Ainda que ambas as frentes visavam a cidadania, os meios político-estatais a utilizavam a alfabetização como estratégia de qualificação de mão-de-obra, enquanto as ações populares abordavam como caminho para a instrumentalização crítica dos sujeitos historicamente marginalizados, subsidiando o exercício pleno de sua cidadania.

A atuação pioneira de Paulo Freire foi central nesse percurso, inicialmente voltado à alfabetização de adultos, posteriormente ampliou a sua ação para diversas formas de educação popular, sustentada por uma pedagogia dialógica, voltada à garantia de direitos fundamentais. Essa concepção inspirou práticas educativas como as de Mario Kaplún — educador que utilizava o rádio como meio para promover uma educação crítica e participativa — constituindo um marco fundante na trajetória latino-americana da Educomunicação. Observou-se que, especialmente na América Latina - região marcada por históricos processos de colonização, exploração e dependência – essas práticas críticas e libertadoras tornaram-se estratégias fundamentais para resistência e transformação social.

Dessa forma, foi possível compreender como a consolidação da interface Educação/Comunicação deu origem à Educomunicação: um campo teórico-metodológico, que integra essas áreas a partir de uma perspectiva dialógica, crítica e emancipatória. A Educomunicação, enquanto *práxis*, oferece subsídios para o desenvolvimento de ações que visam a construção de uma cidadania plena, por meio das relações dialógicas, com participação horizontal nos processos educativos e comunicativos.

A análise desenvolvida demonstrou que, desde o início do século XX, especialmente no contexto brasileiro, as mídias foram progressivamente incorporadas como instrumentos de ação educativa, embora muitas vezes sob orientação estatal e funcionalista. Paralelamente, emergiram experiências populares, notadamente o método Paulo Freire, que inauguraram um caminho emancipatório e dialógico, colocando os sujeitos no centro do processo formativo. Ao longo do texto, evidenciou-se como Paulo Freire, Mario Kaplún e Jesús Martín-Barbero forneceram bases epistemológicas e metodológicas essenciais para a consolidação da Educomunicação. A partir de suas contribuições, destacou-se práticas que articulam comunicação e educação, não apenas como instrumentos técnicos, mas como campos interdependentes voltados à formação crítica, à mediação cultural e ao

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

fortalecimento da cidadania ativa. Nesse sentido, é importante problematizar como, mesmo em contextos democráticos, práticas midiáticas institucionalizadas continuam operando sob lógicas de consumo e subsídio para formação de mão de obra de forma passiva, distanciando-se da proposta freireana de mediação crítica. Além disso, a apropriação do espaço de mídia e comunicação e sua relação com a educação, seja em políticas ou projetos institucionais, muitas vezes deslocada de seus fundamentos críticos, demanda atenção quanto ao risco de esvaziamento conceitual do campo. A constituição da Educomunicação como epistemologia integradora foi compreendida, assim, não como um produto de síntese imediata, mas como resultado de um processo histórico, cultural e político, marcado por tensões entre projetos educativos emancipadores e projetos hegemônicos de disciplinamento.

Cabe destacar, contudo, que os potenciais emancipatórios da *práxis* educ comunicativa enfrentam limitações concretas frente às desigualdades estruturais que atravessam o acesso aos meios, às tecnologias e aos espaços de decisão. Sem o enfrentamento dessas barreiras, a capacidade transformadora da Educomunicação pode ser severamente comprometida. Nesse contexto, impõem-se ainda os desafios contemporâneos das tecnologias digitais, da inteligência artificial e da lógica algorítmica que rege as plataformas de comunicação. A Educomunicação, ao se afirmar como campo crítico e dialógico, precisará atualizar suas abordagens frente a fenômenos como a desinformação e a vigilância de dados — práticas que ameaçam a autonomia e a participação cidadã nos processos comunicacionais e formativos.

O percurso metodológico de base historiográfica, contribuiu para a explicitação da concepção de Educomunicação como *práxis*, o que se demonstra promissor na análise da disciplina investigada, uma vez que a pesquisa se propõe a identificar modos de atuação, interações e processos formativos mediados por linguagens, tecnologias e relações horizontais. Com isso, sustenta-se a ideia de que as práticas pedagógicas educ comunicativas não se configuram apenas por recursos, mas principalmente por formas de organização da comunicação, da mediação e da participação nos processos formativos — o que será central na leitura e análise das informações empíricas constituídas.

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, L. B. C. *Projetos de intervenção em educomunicação*. Campina Grande: EDUFPG, 2024. Disponível em: <https://livros.editora.ufcg.edu.br/index.php/edufcg/catalog/book/229>. Acesso em: 13 maio 2025.

ALVES, M. M. *O beabá dos MEC-USAID*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_beaba_mec_usaid.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

ANDRELO, R. O rádio a serviço da educação brasileira: uma história de nove décadas. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 12, n. 47, p. 139–153, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i47.8640044. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640044>. Acesso em: 13 maio 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Que república é essa. Jango e as reformas de base*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://bit.ly/Jango_e_as_reformas_de_base. Acesso em: 3 maio 2025.

BRASIL [1930]. *Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930*. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública [sic.]. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 20883, 18 nov. 1930. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [1931]. *Decreto nº 20.047, de 27 de maio de 1931*. Regula a execução dos serviços de radiocomunicações no território nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 9385, 6 jun. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20047-27-maio-1931-519074-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [1932]. *Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932*. Aprova o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 3914, 4 mar. 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html#:~:text=Aprova%20o%20regulamento%20para%20a,que%20lhe%20conferem%20os%20arts>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [1934]. [Constituição (1934)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Diário Oficial da União: Brasília, 16 jul. 1934. Disponível em:

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [1960]. *Decreto nº 49.259, de 17 de novembro de 1960*. Institui a Companhia de Radiodifusão Educativa. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 15718, 7 dez. 1960. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-49259-17-novembro-1960-388683-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [1961a]. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 27 dez. 1961a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [1961b]. *Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961*. Dispõe sobre um programa de educação de base [...]. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 22 mar. 1961b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50370-21-marco-1961-390046-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20um%20programa%20de,Nacional%20dos%20Bispos%20do%20Brasil>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [1962]. *Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962*. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 10413, 5 out. 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4117-27-agosto-1962-353835-publicacaooriginal-22620-pl.html>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [1964]. *Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964*. Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 629, 22 jan. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [1967a]. *Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967*. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 629, 28 fev. 1967a [retificado em 9 mar. 1967]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [1967b]. *Lei nº 5.198, de 3 de janeiro de 1967*. Cria, sob a forma de Fundação, o Centro Brasileiro de TV Educativa. Diário Oficial da União: Brasília, 4 jan. 1967b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5198-3-janeiro-1967-364680-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [1968a]. *Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. [AI-5]. Diário Oficial da União: Brasília, 13 dez. 1968a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 13 maio 2025.

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

BRASIL [1968b]. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 10369, 29 nov. 1968b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [1969]. *Decreto nº 65.239, de 26 de setembro de 1969*. Cria Estrutura Técnica e Administrativa para a elaboração do projeto de um Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais, incluindo rádio, Televisão e outros meios, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 29 set. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65239-26-setembro-1969-406622-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [1971]. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [1972]. *Decreto nº 70.185, de 23 de fevereiro de 1972*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Teleeducação (PRONTEL) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 24 fev. 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70185-23-fevereiro-1972-418659-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [1996]. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [2006]. *Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006*. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Diário Oficial da União: Brasília, 9 jun. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL [2010]. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). *Resolução nº 422, de 23 de março de 2010*. Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental [...]. Diário Oficial da União: Brasília, n. 56, p. 91, 24 mar. 2010. Disponível em: https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=603. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. [2017]. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. [Altera as leis 9.394/1996, 11.494/2007...e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral]. Diário Oficial da União: Brasília, 12 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art4. Acesso em: 13 maio 2025.

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

BRAYNER, F. H. A. “Paulofreireanismo”: instituindo uma teologia laica? *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 70, jul.-set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227042>. Acesso em: 3 maio 2025.

CITELLI, A. O.; COSTA, M. C. C. *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011.

COCCO, R.; CAIMI, F. E. Interfaces entre educação e comunicação: pontos de intersecção. *Perspectiva*, v. 39, n. 1, p. 1–23, 2021. DOI: 10.5007/2175-795X.2021.e71053. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/71053>. Acesso em: 14 maio 2025.

COCCO, R.; CAIMI, F. E. Rádio e Educação no Brasil: aproximações históricas e epistemológicas. *Radiofonias: Revista de Estudos em Mídia Sonora*, Mariana-MG, v. 13, n. 3, p. 62-86, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/radiofonias/article/view/5749>. Acesso em: 3 maio 2025.

CONCEIÇÃO, C. N. O. Televisão educativa do instituto de educação do estado da Guanabara: tele-educação para o magistério (1960 - 1975). *Educação em Revista*, v. 33, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698164823>. Acesso em: 14 maio 2025.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. *O golpe na educação*. 11. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar ed., 2002.

EDUCOMUNICAÇÃO. In.: NOVAS palavras. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/educomunicacao>. Acesso em: 13 maio 2025.

ESTEVES, A.; CARNEVALE, M. *A TV Brasil e os 70 anos da televisão: conheça histórias e curiosidades do nascimento da TV aberta no Brasil*. Brasília: Agência Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/tv-brasil-e-os-70-anos-da-televisao-no-brasil>. Acesso em: 14 maio 2025.

FÁVERO, O. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961/1966)*. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br> [restrito]. Acesso em: 04 maio 2025.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Caderno CEDES*, v. 28, n. 76, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Y59LVTRh6zQ8WCyXYkkRGQt/>. Acesso em: 14 maio 2025.

FREIRE P. *Extensão ou comunicação?* 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

FRM - FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Educação. *Telecurso*: histórico. [2014]. Disponível em: <http://educacao.globo.com/telecurso/noticia/2014/11/historico.html>. Acesso em: 14 maio 2025.

GADOTTI, M. Alfabetizar e politizar: Angicos, 50 anos depois. *Revista de Informação do Semiárido – RISA*, Angicos, RN, v. 1, n.1, p. 47-67, jan./jun. 2013. Edição Especial. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/risa/article/view/3150>. Acesso em: 4 maio 2025.

GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil: 1964/1985: um estudo sobre a política educacional*. 1990. 444 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1990.28702>. Acesso em: 14 maio 2025.

GONÇALVES, E.; VILLELA, S. *Reformas de Base de Jango miravam na cidadania pela alfabetização*. São Paulo; Brasília: Rádio Agência, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-05/reformas-de-base-de-jango-miravam-cidadania-pela-alfabetizacao>. Acesso em: 13 maio 2025.

HILSDORF, M. L. S. *História da Educação Brasileira*. Porto Alegre: Cengage Learning Brasil, 2012. E-book. ISBN 9788522114023. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522114023/> [restrito]. Acesso em: 30 abr. 2025.

INSTITUTO PAULO FREIRE. 1 vídeo (4:58 min.). *Angicos 50 anos* - vídeo do MEC. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rgcyWqpa0fc>. Acesso em: 30 abr. 2025.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Memorial Paulo Freire. *Linha do tempo*. [s. d.] Disponível em: https://memorial.paulofreire.org/Linha_do_tempo/linha_do_tempo.html

JAMBEIRO, O. *A TV do Brasil no século XX*. Salvador: EDUFBA, 2001. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/149/4/A%20TV%20no%20Brasil%20do%20seculo%20XX.pdf_7. Acesso em: 14 maio 2025.

KAPLÚN, M. *Una pedagogía de la comunicación: el comunicador popular*. Caminhos: La Habana, 2002. Disponível em: https://perio.unlp.edu.ar/catedras/comyeduc2/wp-content/uploads/sites/197/2021/05/kaplun-el_comunicador_popular_0.pdf. Acesso em: 11 maio 2025.

MACIEL, J. A fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire de Educação. *Estudos Universitários*, v. 4, p. 25–59, 1963. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/254889>. Acesso em: 14 maio. 2025.

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

MARTÍN-BARBERO, J. *A Comunicação na Educação*. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTÍN-BARBERO, J. Desafios culturais da comunicação à educação. *Comunicação & Educação*, São Paulo, Brasil, n. 18, p. 51–61, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36920>. Acesso em: 11 maio 2025.

MEB - Movimento de Educação Base. *História*. [s. d.]. Disponível em: <https://meb.org.br/historia/>. Acesso em: 14 maio. 2025.

MINTO, L. W. *MEC-USAID*. [coleção “navegando pela história da educação brasileira” - glossário]. Campinas: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/mec-usaid#m1>. Acesso em: 14 maio. 2025.

NEVES, J. *Impactos do AI-5 na educação brasileira*. EcoDebate, 2018. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/12/19/impactos-do-ai-5-na-educacao-brasileira/>. Acesso em: 14 maio. 2025.

OLIVEIRA, W. A. *Telecurso 2º Grau: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981*. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/8ffd941e-bb56-4c07-bae2-97571aa1cba7>. Acesso em: 14 maio. 2025.

PEREIRA, A. M.; POLL, M. V. M. A odisseia da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil (1945-1964). *Educação*, v. 46, n. 1, p. 1–21, 2021. DOI: 10.5902/1984644438609. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/38609>. Acesso em: 3 maio. 2025.

RÁDIO MEC. *Cem anos do rádio no Brasil: o Projeto Minerva*. Rio de Janeiro: Rádio Agência, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/cultura/audio/2022-07/cem-anos-do-radio-no-brasil-o-projeto-minerva>. Acesso em: 13 maio 2025.

SÃO PAULO (Município). *Lei nº 13.941, de 28 de dezembro de 2004*. Institui o Programa EDUCOM – Educomunicação pelas ondas do rádio, no Município de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, 29 dez. 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/LeiEducomSP>. Acesso em: 19 maio 2025.

SARTORI, A. S. Ecossistema educutivo: comunicação e aprendizagem em rede. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 62–79, 2021. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/19624>. Acesso em: 23 maio 2024.

SARTORI, A. S.; GARCEZ, A. F.; VIEIRA, W. M. Educomunicação e Ecossistema Comunicativo: uma Revisão Sistemática. *Revista Educação* (Santa Maria. Online), v. 48,

A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA

2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/66768>. Acesso em: 23 maio 2024.

SARTORI, A. S.; SOARES, M. S. P. *Concepção dialógica e as NTICs: a educomunicação e os ecossistemas comunicativos*. São Paulo: Núcleo de Comunicação e Educação (USP), 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/86.pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br> [restrito]. Acesso em: 30 abr. 2025.

SCARPATO, M. A livre expressão na pedagogia Freinet. *RIAEE: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 12, n. esp. 1, p. 620-628, 2017, e-ISSN: 1982-5587. DOI: <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n.esp.1.2017.9667> Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9667/6373>. Acesso em: 14 maio 2025.

SOARES, I. O. A educomunicação na América Latina: apontamentos para uma história em construção. In.: APARICI, R. (org.). *Educomunicação: para além do 2.0*. São Paulo: Paulinas, 2014. Introdução à edição brasileira (p. 7-27)

SOARES, I. O. Comunicação e a pedagogia libertadora de Paulo Freire In.: PRATA, N.; LIMA, F. (Orgs.) *Comunicação e Resistência: práticas de liberdade para a cidadania*. São Paulo: Intercom, 2022. p. 101-121. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/comunicacao-e-resistencia-praticas-de-liberdade-para-a-cidadania1409.22.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.

SOARES, I. O. Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. *Contato*, 1, 19-74, 1999. Disponível em: <https://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/140.pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.

SOARES, I. O. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio*. São Paulo: Paulinas, 2011a.

SOARES, I. O. Educomunicação: um campo de mediações. In.: CITELLI, A. O.; COSTA, M. C. C. (orgs.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011b. Cap. 1 (p. 13-29)

SOBREIRO, M. A. *Célestin Freinet e Janusz Korczak, precursores do jornal escolar*. [2014]. Disponível em: <https://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/145.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.

TEIXEIRA, W. S. *Educação em tempos de luta: história dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964)*. 2008. 229f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói,

**A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO
EPISTEMOLOGIA INTEGRADORA E DIALÓGICA**

2008. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_TEIXEIRA_Wagner_da_Silva-S.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

TEIXEIRA, W. S. Quando ensinar a ler virou subversão: a ditadura e o combate ao combate do analfabetismo. In.: ENCONTRO REGIONAL (ANPUH-MG), 18., 2012, Mariana-MG. *Anais* [...]. Mariana-MG, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340763408_ARQUIVO_WagnerTeixeira_textocompleto.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

TORRES, L. H. O conceito de história e historiografia. *BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Rio Grande, v. 8, p. 53–59, 1996.

USP - Universidade de São Paulo. Escola de Comunicação e Artes. Licenciatura em Educomunicação. *Sobre o curso*. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/graduacao/licenciatura-em-educomunicacao>. Acesso em: 14 maio 2025.

ZUCULOTO, V. R. M. *A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras*. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4415>. Acesso em: 3 maio 2025.

Autor correspondente:

Clérison Ribeiro Ramos

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Sistema de Bibliotecas. Rio Grande/RS, Brasil

Avenida Itália, KM 8 - Carreiros – CEP 96201900 - Rio Grande/RS – Brasil

cleristonline@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença Creative Commons.

